



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

REBECA MARIA DA SILVA CARDOSO

**O LUGAR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE
PEDAGOGIA DE TOCANTINÓPOLIS - TO EM SEUS
TRINTA ANOS**

**TOCANTINÓPOLIS-TO
2023**

REBECA MARIA DA SILVA CARDOSO

**O LUGAR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE
PEDAGOGIA DE TOCANTINÓPOLIS - TO EM SEUS TRINTA
ANOS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia para obtenção do grau de licenciatura plena em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Lisiane Costa Claro

**TOCANTINÓPOLIS-TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- C2681 Cardoso, Rebeca Maria da Silva.
O lugar da extensão universitária no curso de Pedagogia de Tocantinópolis - TO em seus trinta anos . / Rebeca Maria da Silva Cardoso. – Tocantinópolis, TO, 2023.
49 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2023.
Orientadora : Lisiane Costa Claro
1. Extensão Universitária . 2. Universidade e Sociedade. 3. Pedagogia. 4. UFNT. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

REBECA MARIA DA SILVA CARDOSO

**O LUGAR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO
CURSO DE PEDAGOGIA DE TOCANTINÓPOLIS -
TO EM SEUS TRINTA ANOS**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT –
Universidade Federal do Norte do Tocantins –
Câmpus Universitário de Tocantinópolis, Curso de
Pedagogia para obtenção do grau de licenciatura
plena em Pedagogia e aprovada em sua forma final
pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 06/ 02/ 2023

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Fabíola Andrade Pereira, UFNT

Prof. Jeferson Muniz Alves Gracioli, UFNT

Prof^ª. Dr^ª Julia Guimarães Neves, UNESP

**TOCANTINÓPOLIS-TO
2023**

*Dedico este trabalho à minha versão de
dezoito anos, pois ela foi a primeira a
acreditar que esse dia chegaria.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois sem Ele eu não teria conseguido concluir este ciclo da minha vida;

Aos livros, por serem meu refúgio nos dias difíceis;

A mim, por silenciar as vozes do medo e nunca desistir;

A cada membro da minha família, por me apoiar ao longo do percurso;

Aos meus colegas de curso, em especial as minhas amigas Gerlane, Jailma e Jemima pelas gargalhadas terapêuticas;

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a Lisiane Costa Claro, pela dedicação, paciência e partilha;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação.

RESUMO

O curso de Pedagogia de Tocantinópolis - TO completou trinta anos em 2021 e, considerando que a Extensão Universitária faz parte dessa trajetória, torna-se relevante falar sobre ela e sua importância para o referido curso. Sendo assim, o objetivo central do presente trabalho é investigar a presença da Extensão Universitária no Curso de graduação em Pedagogia da atual Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus de Tocantinópolis, ao longo das três décadas de curso. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho qualitativo, através de uma análise documental nos bancos de dados do sistema da Universidade, bem como em obras que abordam o tema, tais como: Freire (1977), Gadotti (2017), Sá (2021) e Lisboa Filho (2022). Por meio da análise dos documentos, foi possível identificar a presença dos projetos extensionistas ao longo dos anos e sua influência na trajetória do curso e da comunidade do município de Tocantinópolis e região. Bem como, vislumbrar as mudanças que, tanto o curso de Pedagogia como o conceito de Extensão Universitária, sofreram ao longo dos anos.

Palavras-chaves: Extensão Universitária, Universidade e Sociedade, Pedagogia, UFNT.

ABSTRACT

The Pedagogy course in Tocantinópolis – TO completed thirty years in 2021 and, considering the fact that the University Extension is part of this trajectory, it's important to talk about it and its relevance for the aforesaid course. Consequently, the main objective of this work is to investigate the presence of University Extension in the undergraduate course in Pedagogy of the Federal University of North Tocantins, Tocantinópolis campus, over the total of three decades the course has. In order to do so, the methodology used was the qualitative research, through a document analysis in the databases of the University system, as well as in works that address the subject, such as: Freire (1977), Gadotti (2017), Sá (2021) and Lisboa Filho (2022). Through the analysis of documents, it was possible to identify the strong presence of the extension projects over the years and their influence on the trajectory of the course and the community in the municipality of Tocantinópolis and region. As well as, envision the changes that both the Pedagogy course and the concept of University Extension have undergone over the years.

Keywords: University Extension, University and Society, Pedagogy, UFNT.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Projetos de Extensão registrados no SIGPROJ

QUADRO 2 - Projetos de Extensão registrados no GPU

QUADRO 3 - Brinquedoteca Mário de Andrade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
UFT	Universidade Federal do Tocantins
GPU Extensão	Gerenciamento de Projetos Universitários - Extensão
PPC's	Projetos Pedagógicos do Curso
GEPHEA	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes
CEMED	Centro de Memória da Educação
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UNE	União Nacional dos Estudantes
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
MEC	Ministério da Educação e Cultura (MEC)
CRUTA/MEC	Comissão Mista
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FAP's	Fundações de Amparo à Pesquisa
MCP	Movimento de Cultural Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
CPC	Centro Popular de Cultura

PNE	Plano Nacional de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
UNITINS	Universidade do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ORIGENS DA EXTENSÃO E A CONTRIBUIÇÃO A UM MODELO UNIVERSITÁRIO ..	14
2.1 História da Extensão no Brasil.....	15
2.2 Política Nacional de Extensão.....	19
2.2.1 Financiamento.....	22
2.3 Contribuição da Educação Popular à Extensão.....	23
3 EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS	26
3.1 Sobre o curso de Pedagogia.....	28
3.1.1 A Extensão nos PPCs de Pedagogia.....	32
3.2 Políticas Institucionais de Extensão.....	34
3.3 Projetos de Extensão do curso de Pedagogia UFT/UFNT	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
5 REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática geral o lugar e a importância da Extensão Universitária no curso de Pedagogia de Tocantinópolis - TO; visto que, o curso completou no ano de 2021 seus trinta anos de existência, marcando e contribuindo com a História da Educação no Norte do estado do Tocantins.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, art. 207) é muito frisada no referido curso. Haja visto que, ao longo das décadas o conceito de Extensão Universitária sofreu grandes mudanças, ele foi sendo construído e modificado; é importante entender qual a finalidade da Extensão, uma vez que ela engloba um grande número de ações que vão muito além de “cursos de curta duração”, como diz o senso comum (SILVA, 2020, p.22).

Um dos objetivos da Política Nacional de Extensão Universitária é “conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária (...)” (FORPROEX, 2012, p. 9). Nessa perspectiva, o presente trabalho pode contribuir para evidenciar a importância da Extensão Universitária, sobretudo no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus de Tocantinópolis.

O interesse pessoal em tal fim, surgiu a partir da participação no Projeto: Travessias, um projeto de Extensão do Curso de Ciências Sociais e do Curso de Pedagogia, que se deu por meio de um preparatório popular com intuito de auxiliar as camadas populares da região do bico do Papagaio a ingressarem nos processos seletivos de pós-graduação, mestrado e especialização. O projeto foi um importante espaço de acolhida coordenado pelas professoras Roberta Ávila Pereira, das Ciências Sociais, e Lisiane Costa Claro, da Pedagogia e também um ambiente de muitas descobertas. Estar em um projeto de Extensão, possibilitou identificar possibilidades da formação discente por meio deste âmbito. O projeto Travessias está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes (GEPHEA/UFT/UFNT/CNPq).

Além disso, a pesquisa que se apresenta respalda-se na colaboração com o Centro de Memória da Educação (CEMED) do curso de Pedagogia, uma vez que este espaço busca resguardar e valorizar a Educação no contexto de Tocantinópolis e região. Assim, pesquisar sobre a Extensão Universitária no curso de Pedagogia de Tocantinópolis, é auxiliar na história da formação de professores do norte do Tocantins.

Diante disto, o objetivo central desta pesquisa é investigar a presença dos projetos de Extensão Universitária no Curso de graduação em Pedagogia, da atual Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus de Tocantinópolis, ao longo dos 30 anos. Além disso, a pesquisa busca elencar e identificar os projetos de Extensão promovidos recentemente pelo curso, tendo como pergunta norteadora a seguinte indagação: quais os espaços formativos viabilizados por meio da Extensão Universitária aos estudantes de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus Tocantinópolis?

Para alcançar esses objetivos, a metodologia utilizada foi a pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que "a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc..." (GOLDENBERG, 1997, p. 34). Assim, a abordagem qualitativa contribui para a compreensão de como se desenvolveu a Extensão Universitária no contexto do curso de Pedagogia de Tocantinópolis e suas contribuições para a Educação e Sociedade do Norte do estado do Tocantins.

A pesquisa realiza uma análise documental com base nos bancos de dados digitais do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ) e no sistema de Gerenciamento de Projetos Universitários - Extensão (GPU Extensão) da Universidade Federal do Tocantins - UFT (Sistema ainda em uso pela UFNT); nos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC's) de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins e editais referentes à Extensão. Como aporte de análise documental, também se pauta na Política Nacional de Extensão Universitária. Contudo, essa última referência, também subsidia a pesquisa enquanto referencial, além de obras que abordam o tema tais como: Freire (1977), Gadotti (2017), Sá (2021), Lisboa Filho (2022). Assim, a investigação documental trata-se de uma "garimpagem" dos documentos encontrados de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Desta forma, os resultados dessas análises culminaram na construção de dois capítulos neste trabalho. O primeiro capítulo preocupou-se em descrever a história das origens da Extensão Universitária, bem como sua contribuição para um modelo de universidade. O segundo, teve como foco central Extensão na Universidade Federal do Tocantins e na UFNT, as Políticas institucionais de extensão que a regem, bem como os Projetos de Extensão que foram e/ou vêm sendo realizados no curso de Pedagogia de Tocantinópolis. Além disto, o capítulo situa a história do curso no campus e traz uma breve análise com base no levantamento dos projetos identificados, destacando os temas recorrentes nos projetos, os públicos participantes, as instituições parceiras, e demais elementos que apresentaram os espaços de formação por meio da Extensão Universitária presente no Curso.

2 ORIGENS DA EXTENSÃO E A CONTRIBUIÇÃO A UM MODELO UNIVERSITÁRIO

A educação tem grande relevância na consolidação de um modelo de sociedade. Historicamente o processo de implantação de um sistema educacional revela isso, uma vez que sempre há um debate entre concepções divergentes. À exemplo, os vários movimentos que ocorreram pela Europa no século XVIII (MAZZILLI, 2011).

A concepção de universidade do modelo inglês era marcado pela dissociação entre ensino e pesquisa. Já o modelo que surgiu na Alemanha no século XIX, fez a integração entre esses dois elementos. Na França, o modelo postulado teve influência tanto do referencial alemão quanto do inglês. A universidade francesa, que foi levada a cabo por Napoleão, foi "submetida ao Estado e responsável pela construção e legitimação da unidade do pensamento nacional, a universidade tinha como meta a preparação profissional de servidores do Estado."(MAZZILLI, 2011, p. 207).

Na primeira metade do século XX, ocorreram mudanças sociais e políticas que fomentaram questionamentos a respeito dos paradigmas conservadores, típicos do positivismo vigente na época. Essas mudanças suscitaram crises em diversas áreas: ambiental, urbana, de emprego, administrativa, de estado, cultural e econômica. Em meio a esse caos, recaiu sobre as universidades a responsabilidade de oferecer aos governos e, também, aos atores sociais planos de ações para solucionar as dificuldades vigentes. (MAZZILLI, 2011)

É justamente nesse período que há o reconhecimento das Universidades como instituições produtoras de conhecimento indispensáveis para o enfrentamento das crises. A Universidade é, portanto, parte do processo de mudança social, sobretudo, a Extensão Universitária, visto que a mesma é a prática acadêmica responsável por fazer a interação dialógica entre sociedade e universidade.

2.1 HISTÓRIA DA EXTENSÃO NO BRASIL

No Brasil, a prática de atividades de Extensão Universitária data do final do século XIX para o início do século XX, no mesmo período em que ocorreu a criação do Ensino Superior. Na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, houve as primeiras manifestações extensionistas nos cursos ofertados na época. Inicialmente, ela recebeu fortes influências de duas correntes extensionistas: uma europeia e a outra norte-americana (NOGUEIRA, 2005).

A originada nos Estados Unidos, trazia consigo uma Extensão voltada mais para uma prestação de serviços, ou seja, mais com propósitos comerciais e empresariais. Já a vinda da Europa, é marcada pelo caráter mais assistencialista e possuía um viés de educação continuada na formação de adultos.

Para as universidades, até o final dos anos 1950, a Extensão

apresenta-se, em geral, como um instrumento para difundir resultados da pesquisa nelas produzidas e reforçar o ensino elitista nelas ministrado. Os cursos de extensão realizados beneficiavam uma clientela egressa ou frequentadora de seus cursos regulares e que, quase sempre, era a mesma que se interessava pelos resultados da pesquisa. (NOGUEIRA, 2005, p. 101)

No início da década de 1960, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), os universitários brasileiros organizaram movimentações culturais e políticas que foram importantes para a formação das lideranças do país, entretanto, em 1964 teve início a Ditadura Militar. Durante esse período houve algumas reformas e, em se tratando da educação, três iniciativas importantes ocorreram: criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), Projeto Rondon (PR) e a promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária, Lei n. 5.540/68.

O PR e o CRUTAC surgiram da proposta apresentada pelo professor Wilson Choeri de criação de uma ação sistêmica e periódica, com apoio interministerial (civil e militar), de mobilidade acadêmica para prestação de serviços em regiões economicamente pauperizadas. Assim, por meio de atividades de estágio e mobilidade, ambos os projetos tinham como objetivo "redirecionar as reivindicações estudantis para os ideais autoritários e desenvolvimentistas do Regime" (VERAS, 2018, p.2). As operações e a "atitude agressiva e racional de desenvolvimento comunitário" (Jornal Universitário, Nov., 1970, p.

7) se transformaram em invasões, visto que não havia diálogo e participação das comunidades envolvidas (FREIRE, 1983)

A Lei n. 5.540/68 estabeleceu no seu artigo 20 que “[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”. Os termos dessa institucionalização foram estabelecidos no artigo 40, sendo o primeiro deles o seguinte: “As instituições de ensino superior: a) por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; [...]” (BRASIL, 1968, n.p).

Nesse período ocorria a primeira fase da Extensão, suas ações foram fortemente marcadas pelo caráter assistencialista. Isso decorria do fato de que as necessidades básicas, como agasalhos e alimentos, eram as demandas de urgência de muitas comunidades, portanto era impossível falar “em emancipação do sujeito quando cidadãos(ãs) passam fome e/ou frio - antes, é necessário atenuar lacunas expostas pela ineficiência de políticas públicas do Estado; depois, trabalhamos o horizonte do desenvolvimento social.” (LISBOA FILHO, 2022, p. 21).

Na primeira metade da década de 1970, surgiram propostas visando medidas de institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC - Campus Avançado/MINTER. A exemplo: a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que foi responsável pela produção do o Plano de Trabalho de Extensão Universitária.

Nesta época a Extensão passa por um período de evolução, ela começa a tomar novas formas inspirada por grandes pensadores, como Paulo Freire. A Extensão perde um pouco do viés assistencialista e começa a incorporar, em suas atividades, a promoção da consciência popular. Através da criação de programas nacionais ocorre o fortalecimento das ações extensionistas, uma vez que estas estão voltadas para o fomento da consciência dos direitos, pois como afirma Antunes (2018, p.210) “a transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade, tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia.”

Após o fim do Regime Militar, ocorreu a revitalização da sociedade política e civil brasileira e, os progressos contidos no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, coincidiram com esse período de redemocratização e reconstrução que o país estava

passando. Nesse processo de mudança social a Extensão Universitária passa a ser considerada como parte importante da articulação entre Ensino e Pesquisa e, a partir disso, a institucionalização da Extensão passa a entrar em foco (ANTUNES, 2018).

Nessa perspectiva, o atual Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, anteriormente conhecido como Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), foi um dos marcos importantes para as atividades extensionistas; uma vez que o reconhecimento legal da Extensão proporcionou condições de redefinir os conceitos a respeito do tema.

À exemplo, um novo conceito de Extensão Universitária foi pactuado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: “a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 1987). Aqui, é possível identificar uma mudança de paradigma no que diz respeito não apenas ao modo de realizar a Extensão Universitária, mas redefine também o papel da Universidade em relação à Sociedade e na formação de profissionais graduados.

A Constituição de 1988, no seu art. 207, preceitua a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988) e estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2^a). Com o reconhecimento constitucional da Extensão Universitária, houve um grande avanço, uma vez que foi fator fundamental para a ampliação das discussões sobre o papel da extensão na universidade pública.

Sendo fortemente estimulado pelo FORPROEX, o MEC também trouxe vários progressos: a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, a qual institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996, art. 43) e estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (BRASIL, 1996, art. 43).

Entretanto, foi apenas a partir dos debates realizados nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, o FORPROEX apresentou às Universidades Públicas e à sociedade o conceito de Extensão Universitária:

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p.28)

Também foram estabelecidas cinco diretrizes para as ações de Extensão Universitária, com o intuito de auxiliar na superação das três crises da Universidade Pública apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2004). As diretrizes pactuadas no FORPROEX foram: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social.

A primeira, Interação Dialógica, garante a troca constante entre Universidade e sociedade. Esse diálogo é a base das ações extensionistas, haja vista que a Extensão é uma via de mão dupla que exige partilha e interação constante de ambas as partes envolvidas. Nessa perspectiva, a diretriz da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade vem para complementar essa linha de pensamento, uma vez que ela exige que as ações extensionistas recebam contribuições de diversas áreas, garantindo assim sua heterogeneidade.

A diretriz Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico, sendo assim, “as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).” (FORPROEX, 2012, p.28). Nesta configuração há a substituição do eixo pedagógico clássico “estudante-professor” pelo eixo “estudante - professor - comunidade”.

Sendo assim, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em “metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo.” (FORPROEX, 2012, p.33). Essa relação permite que os saberes da comunidade sejam sistematizados e, assim, esses sujeitos possam contribuir para a transformação social, visando a resolução de seus problemas cotidianos, bem como ajudar a construir uma sociedade mais democrática. Para tanto, é necessário também que a Universidade partilhe seus conhecimentos com a comunidade a fim de adensá-la de forma analítica, teórica e conceitual.

Uma das diretrizes da Extensão Universitária é o “Impacto na Formação do Estudante” e para cumprir essa orientação, as ações extensionistas devem possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: a) a designação do professor

orientador; b) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; e c) a metodologia de avaliação da participação do estudante. Essas ações extensionistas são norteadas por seis princípios básicos, pactuados no âmbito do FORPROEX, em 1987. Todos os princípios culminam para o fortalecimento da Extensão e a compreensão desse fazer acadêmico, sobretudo no que se refere à vinculação do Ensino e da Pesquisa com a Extensão.

Portanto, a Extensão dos dias atuais visa se distanciar do assistencialismo e tem como foco central a transformação social, visto que, o caráter assistencialista “exige uma ação contínua, muito focada em atender as mazelas, o que, com o tempo, cria uma dependência dos grupos sociais e das comunidades. Esta ação não-emancipatória vai à contramão daquilo que a Extensão preconiza, que é a autonomia dos sujeitos.” (LISBOA FILHO, 2022, p.22).

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO

O Brasil está entre as dez maiores economias do mundo, entretanto ocupou a 84ª posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2019 (IBGE, 2020) . Compreende-se que a desigualdade de renda e a discriminação das minorias ainda são muito fortes no país, além do clientelismo, corrupção e patriotismo. Isso significa que a nação, apesar de lutar pela democratização, ainda carrega traços de seu passado conservador e autoritário.

Por meio de políticas públicas, sobretudo as de saúde, educação e assistência social, o país tenta diminuir as desigualdades sociais. As Universidades públicas são instituições que ajudam a população a alcançar melhores condições, uma vez que, elas garantem o acesso à educação superior às pessoas que outrora não tinham condições de ocupar esses espaços. Entretanto, como a história revela e, de acordo com o pensamento de Souza (2012), transformar a sociedade ainda é um dos desafio que a Universidade Brasileira enfrenta desde a sua formação, pois ela deve ser eficiente para orientar a educação de homens críticos.

Algumas mudanças revelam que as Instituições de Ensino Superior (IES) estão caminhando na direção certa da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. À exemplo, o Plano de Expansão com Interiorização dos IFES, de 2006, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (REUNI), de 2007.

As políticas educacionais têm impacto direto na qualidade do ensino, visto que não basta apenas ampliar o acesso, é preciso garantir a permanência de estudantes de todas as classes dentro da Universidade. Por isso, nos últimos tempos se intensificou as discussões sobre o destino da Universidade Pública e vários setores têm participado desses debates. Como resultado, graças às políticas de ações afirmativas, o perfil do universitário brasileiro está mudando.

A primeira Política Nacional de Extensão data de 1975. Ela passou a incluir cursos, serviços, projetos de ação comunitárias entre outras atividades ao rol de atividades extensionistas. A LDB de 1996 (Lei 9.394/96) reforçou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão presente na Constituição de 1988. Apesar disso, a práxis extensionista continuou desvinculada da função acadêmica, pois

historicamente, aquilo que ocorre no âmbito da universidade brasileira e não é caracterizado como ensino regular ou pesquisa, é definido como extensão. Por isso, temos a extensão como curso não regular, a extensão como serviço e prestação de serviço, a extensão efêmera como assistência, a extensão como responsabilidade social e a extensão como ação política (ASSUMPCÃO; LEONARDI, 2016 p. 462).

Nos dias de hoje ainda há muito a ser feito visando o fortalecimento dessa política, tanto em se tratando de sua implantação quanto sua implementação. Portanto é importante “fortalecer a relação autônoma e crítico-propositiva da Extensão Universitária com as políticas públicas por meio de programas estruturantes, capazes de gerar impacto social” (FORPROEX, 2012, p.40).

Nesta perspectiva, se faz necessário trazer para a rotina acadêmica as atividades extensionistas, visando normalizá-las - no sentido de uma incorporação das ações formativas de estudantes por meio da Extensão. Se faz necessário lembrar que a vinculação da Extensão Universitária com as políticas públicas, não deve ser confundida como uma forma de a Universidade substituir as responsabilidades do Estado na provisão de bens públicos ou de garantia dos direitos à cidadania; mas sim como uma forma de aumentar os esforços, de forma crítica e autônoma, no desempenho dessas atribuições.

Conforme pactuado no âmbito do FORPROEX, a Extensão Universitária em sua articulação com as políticas públicas, deve estar pautada por três eixos integradores: Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O primeiro eixo, Áreas Temáticas, têm por objetivo a sistematização das ações de Extensão Universitária, bem como identificar as

áreas correspondentes aos grandes focos de política social. São elas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho. (FORPROEX, 2012).

O segundo e terceiro eixo tem como principal objetivo a integração. O eixo Território destina-se à integração espacial, enquanto o Grupos Populacionais visa promover a integração de grupos populacionais específicos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, as ações extensionistas têm áreas de atuação prioritárias, com intuito de que as contribuições da Extensão Universitária possam fortalecer os espaços e fóruns de participação social. E, entre as atividades extensionistas “que podem contribuir para esse fortalecimento, estão os cursos de capacitação para conselheiros, que podem incrementar suas habilidades e capacidades.” (FORPROEX, 2012, p.46).

No PNE 2001-2010 algumas metas foram estabelecidas visando o desenvolvimento da Extensão Universitária e, no Projeto de Lei nº 8.035, que propõe o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, a última meta foi reafirmada (meta 12.7): “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (BRASIL, 2011).

Metas como essa revelam a intenção de centralizar a Extensão Universitária na formação profissional dos estudantes, bem como esta política intima os órgãos acadêmicos a implantarem ações extensionistas em suas estruturas curriculares e práticas acadêmicas. Pois como afirma Freire (1983 p.16) “só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido (...); aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.”

Fica claro então que

a Extensão é construída pelo diálogo. Não existe Extensão de única via, unilateral ou de interesse particular. Não se trata do que “o meu” laboratório, curso ou projeto quer fazer – trata-se de reconhecer como podemos ser capazes de contribuir com o que é efetivamente uma demanda da sociedade, enxergando, em comunidades, grupos sociais e diferentes segmentos, a possibilidade do crescimento e da construção pelo compartilhamento dos diferentes saberes. (LISBOA FILHO, 2022, p.24)

Esse diálogo sobre a Extensão também perpassa a esfera financeira, uma vez que é necessário financiamento para a realização dos projetos extensionistas, para disponibilizar auxílio financeiro aos servidores extensionistas, bolsa de iniciação à extensão para estudantes de graduação, bolsa de inserção social, etc.

2.2.1 Financiamento

A Extensão Universitária foi incorporada no Decreto nº 7.233, de 2010 (BRASIL, 2010), que regulamenta a matriz de alocação de recursos para as universidades federais no âmbito do MEC, o que foi uma importante iniciativa para a garantia do financiamento das ações extensionistas. Entretanto, no corpo do decreto, há uma exigência, “a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento” (BRASIL, 2010).

Mudanças no processo de financiamento da Extensão Universitária ajudam no fortalecimento dela, uma vez que é necessário garantir não apenas o aumento de recursos, mas também a sua estabilidade e focalização em áreas prioritárias. Os recursos públicos, tanto da União, estados e municípios quanto das próprias Universidades ajudam a promover a estabilidade, solidez e transparência do financiamento; desde que sejam alocados por meios de procedimentos que sejam compreensíveis a todos os cidadãos. A alocação de recursos deve ser feita de forma integrada, priorizando os projetos e programas e visando superar a fragmentação e promover a maximização de sua utilização. (FORPROEX, 2012)

No âmbito do FORPROEX, quatro outras iniciativas foram defendidas visando garantir recursos públicos para as ações extensionistas:

a primeira foi a inclusão da Extensão Universitária nos planos plurianuais do Governo Federal (...) segunda iniciativa é a inclusão da Extensão nos orçamentos das Universidades Públicas (...) terceira iniciativa aqui propugnada se refere à criação de um Fundo Nacional de Extensão (...) e a quarta iniciativa que poderá favorecer o financiamento público é a ampliação do escopo dos editais das agências de fomento, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais. (FORPROEX, 2012, p.51)

Portanto, é imprescindível que se tenha plena consciência das limitações no que se refere ao financiamento, uma vez que sua utilização deve estar de acordo com o conceito, as diretrizes e os princípios da Extensão Universitária. Em vista disso, deve-se pensar em mecanismos que garantam disponibilidade de verbas para os programas/projetos de extensão, de modo a assegurar continuidade das atividades extensionistas, pois “somente dessa maneira

pode-se garantir a “participação da universidade em ações transformadoras no sentido de uma nova estrutura social” (ROCHA, 1984, p.56).

2.3 CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR À EXTENSÃO

Em comparação a outros países, a universidade chegou tardiamente ao Brasil. Foi apenas no início da década de 1960 que, sob a influência dos movimentos sociais, a Universidade despertou para o compromisso social. Foi nesse período que Paulo Freire, que já assumia como compromisso a Educação em um sentido emancipatório, contribuiu com esta pauta ao coordenar o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, além da contribuição junto à criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), do Movimento de Educação de Base (MEB) e do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. (GADOTTI, 2017).

Em 1959, Paulo Freire apresentou, em seu concurso público para a cadeira de História e Filosofia da Educação, a tese Educação e atualidade brasileira. Nela podemos encontrar sua concepção de universidade democrática, comprometida com a problemática da comunidade, fomentadora de transformações sociais. Ele dizia que, “por meio da extensão, poder-se-ia redimensionar a Universidade dentro de um projeto popular de educação” (GADOTTI, 2017, p. 4).

Para Freire (1977, p. 36) “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. Por isso, quando ele volta de seu exílio, em 1980, Freire passa a disseminar sua visão de que a extensão não atinge apenas a população, mas também a Universidade, uma vez que a ação extensionista tem relação direta com o ensino e a pesquisa.

Como o contexto histórico revela, em determinado momento do percurso, a Extensão Universitária passou a ter duas vertentes na atuação prática: uma mais assistencialista e outra não assistencialista. A primeira segue uma linha vertical do conhecimento, na qual há uma troca unilateral da qual a Universidade é quem é a detentora do conhecimento e a responsável por partilhá-lo. Já a segunda vertente é permeada pela proposta de Paulo Freire de que o ser humano é um ser inacabado, inconcluso e incompleto, sendo assim não sabe tudo, mas também não ignora tudo. Este segundo entendimento, contribui para uma Extensão Universitária que considera os múltiplos

saberes e a produção de conhecimento para além dos muros universitários: aposta em uma produção de conhecimento “com” a Sociedade a qual contribui para a reformulação dos modos de produzir conhecimento da Universidade.

Nas últimas décadas o FORPROEX procurou assertivamente superar esse viés assistencialista que marcou a Extensão Universitária, buscando sempre promover uma relação “de mão dupla” entre Universidade e sociedade. A troca de saberes entre ambas as partes permite que a Universidade não fique deslocada dos problemas sociais, visto que coloca a comunidade acadêmica em contato direto com as necessidades da população. Fazendo com que estudantes, professores e técnicos-administrativos procurem formas de combater tais adversidades. (GADOTTI, 2017)

Segundo Gadotti (2017, p. 6) “dois livros de Paulo Freire se complementam na compreensão dos fundamentos e pressupostos da Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular”. Os livros ao qual esse autor se refere são: *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1974) e *Pedagogia da autonomia* (FREIRE, 1996). Essas obras estão interligadas, uma vez que, não se pode entender o conceito de autonomia, em Freire, desvinculado do conceito de diálogo.

Assim como Karl Marx, Freire acreditava que os trabalhadores precisavam se libertar por eles mesmos, em comunhão. Por isso, em “*Pedagogia do Oprimido*”, uma das categorias fundamentais é a autodeterminação. Segundo Assumpção (2009), os princípios político-pedagógicos de Paulo Freire foram importantes contribuições para o movimento da Educação Popular.

A Educação Popular, para Freire, “se delineia como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular ” (TORRES, 1987, p. 74), uma vez que “o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário.” (FREIRE, 1983, p. 45)

Sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão foi entendida como uma ação institucional voltada para o atendimento das organizações e também das populações, com sentido de troca de saberes entre ambas as partes, visto que “o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (FREIRE, 1983, p. 22). Nessa perspectiva, fica nítido que houveram avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior, uma vez que as camadas populares

deixaram de ser apenas objeto e tornaram-se também sujeitos da ação extensionista (NOGUEIRA, 2005).

Saviani (1985, p. 48) afirma que a através da Extensão Universitária ocorre

a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integrem determinados cursos objetivando se formar numa determinada profissão.

Para esse autor, a Extensão Universitária não deve ser compreendida como uma prática assistencialista, mas como uma contrapartida daqueles que tiveram oportunidades de ter acesso ao ensino superior, partilhar e aprender com aqueles que não o tiveram. Uma vez que, “cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz elevar o nível cultural geral da sociedade.” (SAVIANI, 1985, p. 48).

Por sua vez Boaventura (1986, p.65) compreende que:

A extensão, como prestação de serviço, é a mais recente das funções atribuídas ou absorvidas pela Universidade. A sua origem parece encontrar-se na noção de que uma instituição universitária dever servir a comunidade (...).Por ela, a Universidade é solicitada a beneficiar os diversos setores da população, impulsiona serviços de animação cultural, integra-se às prioridades nacionais, divulga conhecimentos e técnicas, participa do esforço pelo desenvolvimento social e econômico, gratificando-se pelo retorno das sugestões e contribuições da comunidade

Neste sentido, a Extensão Universitária é uma via de inter-relação entre essas suas esferas. Por meio dessa relação “de mão dupla”, é possível que ocorra a democratização do conhecimento acadêmico e popular, uma vez que ocorre uma interação dialógica entre ambas as partes. Essa interação, às vezes, ultrapassa as fronteiras nacionais, pois ela também pode fazer o intercâmbio entre países.À exemplo, as iniciativas construídas pela Universidades Públicas brasileiras com países da América Latina e da África. (LUCCHESI, 2010)

Iniciativas como essas promovem o aprimoramento com outras culturas, dando oportunidades de criação de ambientes de igualdade e respeito, bem como a formação de profissionais que se empenham em fazer pesquisas que ajudem o país a se desenvolver

economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente. Deste modo, essa relação corrobora para que “através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão.” (FREIRE, 1983, p. 21)

Ao considerar os movimentos que foram realizados ao longo dos tempos no que diz respeito à Universidade e, especificamente, sobre a Extensão realizada nas universidades brasileiras, considera-se a relevância de compreender como a Extensão Universitária é realizada no contexto da Universidade Federal do Norte do Tocantins no câmpus de Tocantinópolis.

3. EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

Neste capítulo, será abordada a Extensão Universitária no contexto do curso de Pedagogia do Câmpus Universitário de Tocantinópolis, que, desde 2019, deixou de corresponder a um dos *campi* da Universidade Federal do Tocantins (UFT), para se tornar câmpus da supernova Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Neste sentido, consideram-se além das políticas de Extensão já abordadas no capítulo anterior, o processo de curricularização da Extensão, a trajetória do referido campus universitário por meio da historicidade do Curso de Pedagogia, bem como as políticas institucionais vigentes neste processo de transição institucional.

A curricularização da Extensão Universitária no Brasil não deve ser vista apenas como uma exigência legal, haja vista que ela é muito importante para ambas as partes envolvidas: Universidade e Sociedade. As articulações que a Universidade tem com a sociedade, são fundamentais, uma vez que “a extensão é também a universidade no território. O território deve ser entendido aqui como um campo de estudo e de intervenção e, ao mesmo tempo, como um espaço de diálogo da universidade com a sociedade.” (GADOTTI, 2017, p.12).

A Extensão Universitária deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos, uma vez que a educação precisa ser integral e não fragmentada (ANTUNES; PADILHA, 2010). Para tanto

o princípio da integralidade é fundamental na Extensão Universitária. É preciso conectar as três funções da universidade para que a educação seja integral. O currículo não é a soma de um conjunto de disciplinas. Ele traduz um projeto

político pedagógico integrado. Por isso, um dos principais desafios da curricularização da Extensão está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos por uma prática integral e integradora. (GADOTTI, 2017, p.9)

Ao compreender a necessidade da Extensão fazer parte da organicidade universitária, a qual é mencionada na inferência acima, entende-se que recai sobre o ensino superior as responsabilidades “na produção, sistematização e difusão do conhecimento, na pesquisa, na inovação tecnológica, na relação com a sociedade, especialmente por meio da extensão” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p. 42). Esse diálogo é muito importante, uma vez que

[...] a produção de conhecimento não é mais exclusividade das universidades e sim de sua interação desta com a sociedade, seja pelas iniciativas públicas, como o financiamento para projetos de pesquisa e extensão, ou por intermédio de parcerias entre universidades e instituições de iniciativa privada (BERNARDES et al, 2014, p. 21).

Portanto, fica evidente a concepção de que a Extensão Universitária vai para além de “estender” conhecimento: ela abre-se à produção de conhecimento com as comunidades de seu entorno, valorizando os múltiplos saberes, sem “abrir mão” de sua responsabilidade científica, mas assumindo seu compromisso com as demandas sociais.

Em se tratando das normativas que orientam e regulamentam a prática extensionista, no âmbito nacional, temos: a Política Nacional de Extensão Universitária, a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e a Resolução n.º 7 de 2018, do Conselho Nacional de Educação – CNE que estabelece as Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira. A Resolução n.º 7 (2018), “além de ratificar o PNE 2014-2024, assegurando um total de 10% da carga horária dos currículos dedicados à Extensão, simboliza um avanço para que as universidades cumpram com o seu compromisso público e social.” (LISBOA FILHO, 2022, p. 35). Isto porque a curricularização da Extensão, busca garantir um espaço de formação de graduandos por meio da interação com a Sociedade, havendo o protagonismo dos extensionistas/estudantes.

O FORPROEX (2012, p.27) estabelece que “a implantação de normas internas e a implementação de ações extensionistas, de forma a promover mudanças na Universidade Pública, devem estar orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão Universitária.” Um dos desafios pontuados pelo FORPROEX (2012, p.39) foi “estimular, por meio da Extensão Universitária, o protagonismo estudantil no processo de mudança da educação superior, tanto em âmbito nacional quanto subnacional (estadual e mesmo municipal)”.

Além disso, é preciso ter consciência de que a Extensão

não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento. (FORPROEX, 2012, p.53)

Compreende-se, assim, que o processo de curricularização da Extensão, provoca uma mudança curricular e estimula a consolidação da formação por meio das diretrizes já anteriormente apontadas na Política Nacional de Extensão Universitária. Neste sentido, a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade Federal do Norte do Tocantins, devem se pautar nas políticas aqui apresentadas.

3.1 SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA

Ao referir especificamente sobre o curso de Pedagogia, apresenta-se também o campus que o oferta. O Campus Universitário de Tocantinópolis

teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP). Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS) que, de certa forma, continuou formando professores, todavia em nível superior, ofertando o Curso de Pedagogia (PPP, 2007, p. 14).

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia (PPP) de 2007, o Campus traz um grande destaque para o município de Tocantinópolis, pois "desde 1990, é sede de um campus universitário, começando pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) que, desde então, oferece o curso de Pedagogia, Licenciatura para formação de professores da educação básica". (PPP, 2007, p. 25).

Além de atender as particularidades que a região do Bico do Papagaio, o Campus também evidencia, "através da produção acadêmica, a diversidade cultural, os recursos naturais e os grupos sociais que vivem na região" (SÁ, 2021, p. 18). Deste modo, fica claro que "a história da criação e permanência do Câmpus Universitário de Tocantinópolis [...] é uma história que merece ser contada, estudada, pesquisada, pois é uma história marcada tanto por desafios e enfrentamentos como também por vitórias". (LOCATELLI et al., 2011:

introdução)

A defesa de um espaço de formação em nível superior na região, foi o cerne dos movimentos que lutavam pela permanência do Câmpus (1999) e, posteriormente, por sua federalização (2000). Visava-se a criação de uma universidade de direito público e gratuita no Estado do Tocantins, “que até então se constituía como único território da Federação que não possuía em sua conjuntura uma instituição de nível superior de direito público e de responsabilidade federal.” (SOUSA et al., 2016, p. 185).

Essa luta se fez necessária devido ao risco iminente de privatização da Universidade, por isso a comunidade tocantinopolina e o corpo docente se uniram em defesa do Campus. Segundo relatos de alunos egressos desse período, "o ponto mais alto da luta pela permanência do campus ocorreu em razão de os alfabetizados, monitores-alfabetizadores e coordenadores locais do PRONERA terem se envolvido na defesa da permanência da UNITINS" (PEREIRA, 2008, p.57). Essa frente unida conseguiu impedir o fechamento do Campus de Tocantinópolis e garantir a sua permanência até ser incorporado pela Universidade Federal do Tocantins, criada no ano de 2000. Por meio da Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, criou-se

a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e começou o processo de negociação entre a Unitins e a UFT, cujo acordo de cooperação foi celebrado em 2002, sendo que a Unitins repassaria parte de suas instalações, cursos e corpo docente à UFT, que passou a implementar suas atividades definitivas nos Campi a partir de 2003 com a posse dos primeiros servidores concursados propriamente pela UFT. (Proposta de Implementação de Novos Cursos do Campus de Tocantinópolis, 2013, p. 4).

Ao longo dos anos, a região do Bico do Papagaio, assim denominada no norte do estado do Tocantins, progrediu muito e outras reivindicações foram surgindo. A mais recente se iniciou em 2015, a luta pela criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins, UFNT. Essa luta teve origem nos anseios de estudantes, servidores e comunidade em geral por uma universidade mais representativa para a região norte do estado. Em 2016 passou a tramitar nas instâncias do governo federal o projeto de Lei 5472/2016, apresentado por políticos do estado. Após tramitar o projeto em todas as instâncias necessárias, a UFNT foi criada pela Lei nº 13.856 de 08 de julho de 2019, a partir do desmembramento dos Câmpus de Tocantinópolis e Araguaína dos demais Campi da UFT. Atualmente

a UFNT encontra-se em processo de transição, ou seja, saindo da estrutura

organizacional da UFT e criando sua própria organização. Por enquanto, são apenas os Campus de Araguaína, que é a sede, e o de Tocantinópolis, mas o projeto prevê a criação de um campus em Xambioá e outro em Guaraí. Vale dizer que o processo de transição encontra-se em fase de conclusão. (SÁ, 2021, p. 35)

Em se tratando especificamente do curso de Pedagogia ofertado pelo Campus, que é o foco central deste trabalho, o mesmo vem sendo ofertado há trinta anos no Campus de Tocantinópolis. A primeira turma do Curso

ingressou em 1991 e teve seus alunos formados em 1994. Os anos seguintes, até 1994, entrava apenas uma turma anual no período noturno. Somente a partir de 1995 é que passou a ingressar duas turmas, uma no período matutino e outra no período noturno. É importante destacar, também, que o curso estava sempre em constante reorganização, de maneira que, a partir da terceira turma (1993), os alunos já não foram mais selecionados pelo currículo escolar do segundo grau (ensino médio), mas por concurso vestibular. A última turma a ser ofertada no formato anual, teve entrada em 1998 e saiu em 2001. (SÁ, 2021, p. 35)

De acordo com Silva (2018), entraram 10 turmas e foram formados 336 pedagogos. A proposta pedagógica do curso já passou por várias revisões e atualizações em sua estrutura “quanto ao regime de oferta, a organização do espaço, a renovação do corpo docente e demais servidores” (PPC, 2007, p. 17). No início, o quadro docente do curso

era formado por professores universitários com formação em cursos de graduação e/ou pós-graduação lato sensu (especialização). As primeiras turmas ingressaram sem vestibular, cuja seleção era feita através de análise das médias contidas no histórico escolar do ensino médio. (PPC, 2007, p. 17).

Em 1997, em atendimento aos princípios da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9304/96, iniciou-se as discussões a respeito da elaboração de um novo Projeto Pedagógico para o curso de Pedagogia. Como resultado este PPC deu entrada a uma turma de Pedagogia semestral que teve validade de 1999 a 2002. Sendo assim o perfil de Pedagogos foi descrito no PPC

Tendo a LDB 9304/96 como parâmetro para elaboração da nova proposta curricular e sempre amparada pela literatura pertinente, procurou-se elaborar uma grade curricular, cujo Profissional da Educação pudesse ter formação específica para o trabalho educativo e fosse capaz de atuar nas diversas áreas da educação formal e não-formal, tendo a docência como base de sua identidade profissional; seria ele considerado sujeito social e histórico, pertencente a um grupo social determinado que pudesse contribuir para a transformação social de forma crítica, criativa, ética e técnica; que fosse capaz de estabelecer diálogo entre sua área e as demais áreas do conhecimento, relacionando o conhecimento científico com a realidade social e propiciando a seus alunos a percepção da abrangência dessas relações e, ainda, que fosse capaz de articular ensino-pesquisa-extensão, na produção de conhecimentos e de novas práticas pedagógicas. (PPC, 1999-2002, p.

20).

O curso Normal Superior nasceu a partir de interpretações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9394/96) e trouxe consigo inquietações e questionamentos, uma vez que trazia a interpretação de que o docente deveria ser formado pelo curso Normal Superior e o curso de Pedagogia agora formaria o professor pesquisador e técnico em assuntos educacionais. Como consequência, a criação desse curso gerou uma certa polêmica institucional, sobretudo entre os docentes e discentes. O PPC do Curso de Pedagogia (2007) relata o ocorrido:

[...] Um dos episódios marcantes foi o Decreto que estabeleceu a obrigatoriedade de o curso Normal Superior ser oferecido “exclusivamente” em Institutos Superiores de Educação. Após diferentes manifestações de apoio e de discordância das entidades educacionais, houve alteração quanto a esse ponto e o Decreto passa à nova redação, substituindo o termo “exclusivamente” por “preferencialmente”. Nesse contexto polêmico, ressaltou-se a discordância entre educadores sobre a real necessidade do Curso Normal Superior, uma vez que a Pedagogia já vinha suprimindo essa necessidade. (PPC, 2007, p.18)

Em razão da propagação de críticas, que eram vindas com frequência de especialistas e de teóricos de renome, o Curso Normal Superior começou a sofrer os primeiros impactos assim que foi implantado. A própria Secretaria de Educação Superior (SESu) advertia que “A LDB nº9.394/96, ao definir o Curso Normal Superior como responsável pela formação de professores, tornou o curso de Pedagogia, ‘um dos temas mais polêmicos e de difícil regulamentação na área da graduação’”. (MEC/CNE/SESu, 2002, p. 03 Apud PPC,2007, p. 16).

Com isso foi possível entender que:

[...] se poderia separar as atividades de formação das atividades de produção de conhecimento. Os Decretos 3.276/99 e 3.554/2000, as Resoluções 01/99, 01/2002, 02/2002 e o Parecer 133/2001 reforçam essa dicotomia, isto é, um curso para formar professores e outro para formar gestores.” (PPC, 2007, p. 19).

Ficou evidente as diferenças e as separações que apresentavam no novo Curso de Pedagogia.

o parágrafo único do artigo 67 da LDB e as Normativas da Secretaria Estadual de Educação, 004/02, 018/03, 019/2003 e 021/03 os impediam de assumir os cargos e funções escolares de direção, supervisão, orientação educacional e todos os demais que estivessem na condição de gestão, pois precisariam ter no mínimo um ano de experiência na docência. Perceberam também que não poderiam assumir a função de docência, pois o curso não os formava para tal. (PPC, 2007, p. 16).

Assim, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de 2007, foram realizadas diversas reuniões pela Prograd/UFT em todo o ano de 2004 com o intuito de reorganizar os Cursos Normal Superior e de Pedagogia, prevalecendo o entendimento de que a docência é a base da formação do pedagogo. Entretanto, houve a fusão dos cursos, ficando apenas o curso de Pedagogia, que perdia a habilitação em Administração Educacional.

Isso resultou em dois PPCs com currículos diferentes,

sendo Pedagogia com habilitação para a docência nos AIEF e Pedagogia com habilitação para a docência na Educação infantil. Esse formato prevaleceu até que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2007), fizesse surgir uma nova concepção do curso de Pedagogia, cujo entendimento era o de uma pedagogia ampliada. (SÁ, 2021, p.39)

Por fim, foi elaborado um novo PPC para o curso de Pedagogia, o qual entrou em vigor em 2007, cuja Proposta curricular opta “[...] pela organização dos conhecimentos em núcleos que articulavam o saber científico, a pesquisa e as práticas educativas, considerando as dimensões: teórica, prática, ética e estética da educação”. O PPC Complementa ainda com o seguinte esclarecimento:

[...] o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Campus universitário de Tocantinópolis, em conformidade com os demais cursos da UFT, estabelece como organização geral de sua proposta curricular: um Núcleo de conteúdos Básicos, que trará os fundamentos para compreensão da sociedade e da formação humana; um Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos, relativos ao campo da docência e da gestão educacional e compreensão do trabalho pedagógico; um Núcleo de estudos Integradores, o qual remete o acadêmico em busca de atividades culturais, de extensão e de pesquisa. (PPC, 2007, p. 49).

O PPC de 2007 permaneceu em vigência até o ano de 2019, quando novas diretrizes orientaram a reforma do projeto e um novo PPC foi elaborado, passando a ofertar as novas turmas que entraram a partir de 2020.

3.1.1 A EXTENSÃO NOS PPCs DE PEDAGOGIA

A primeira vez que a palavra “extensão” é citada no PPC de Pedagogia de 1999-2002 é no tópico referente à “Biblioteca Universitária”. Segundo o documento a Biblioteca “funciona como um órgão de apoio ao ensino, pesquisa e extensão de seus usuários”. (PPC, 1999, p. 132). Entretanto, no documento de 2005, logo na apresentação, a extensão é mencionada como um dos “elementos centrais na formação de futuros

profissionais”. (PPC, 2005, p. 6).

A presença da Extensão se faz notada no tópico 6 do PPC de 2005, o qual é intitulado de “Extensão, Laboratório e Pesquisa”.O documento afirma que “as atividades de Pesquisa e Extensão de um modo geral desenvolvidas pelo Campus de Tocantinópolis apresentam projetos de significativa relevância entre a universidade e a comunidade local. Entre outros, destacaram-se as atividades voltadas na área de formação de professores” (PPC, 2005, p. 28).

O PPC de 2007 afirma que

ao longo de seus dezesseis anos, a extensão tornou-se uma prática no campus, tendo seu marco consolidado nos anos que pertenceu à Universidade do Tocantins - UNITINS, época em que muitos projetos e ações de extensão universitária foram registrados com bastante relevância. Hoje as atividades mais importantes são os eventos científicos e culturais, como simpósios, seminários ou outras atividades realizadas juntos aos grupos de pesquisas. (PPC, 2007, p.107.)

Além da contribuição para os docentes, o documento aponta que é evidente que

a participação de acadêmicos em atividades de pesquisa e extensão fomentará o desenvolvimento e a permanente atualização da excelência acadêmica e científica, a partir de diversos campos do conhecimento que congregam a UFT, bem como fortalecerá a prática da educação superior na região norte, em específico no Estado do Tocantins. (PPC, 2007, p. 106).

Identifica-se que ao longo dos anos a Extensão passou a ocupar cada vez mais espaço nos PPCs. No mais recente, de 2019, ela está presente em um dos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento. O documento determina como VII princípio “promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.” (PPC, 2019, p. 17).

De modo geral o curso de Pedagogia, através de seu colegiado e dos grupos de pesquisas, vem oferecendo “diversas atividades acadêmicas, científicas e culturais que possibilitam ampliar as dimensões do trabalho do pedagogo e consolidar o tripé da universidade, onde o ensino, a pesquisa e a extensão possam ser experienciados.” (PPC, 2019, p.171).

3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE EXTENSÃO (UFT/UFNT)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que a promoção da extensão é uma das finalidades da educação superior, devendo ser “aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). No caso específico da Universidade Federal do Tocantins, a Resolução N° 05 de 2020, dispõe da Política de Extensão da instituição. No seu art 4° ela garante que a Extensão é

compreendida como um trabalho curricular, transdisciplinar, interdisciplinar e multidisciplinar, ela tem por função produzir e sociabilizar conhecimentos e saberes, dialogando com os diversos setores da sociedade, com inserção na realidade intra e extramuros da universidade, proporcionando ao corpo discente uma vivência que complemente sua formação. (UFT, 2020, p. 4).

Em outras palavras, a Universidade deve ser capaz de identificar os problemas sociais e, uma vez que o faz deve agir para ajudar a solucioná-los. Utilizando os processos necessários, sendo um deles as ações extensionistas, uma vez que a Extensão

tem sido apontada como um significativo mecanismo de aproximação da universidade com a sociedade. Em se tratando da responsabilidade social das instituições de ensino superior, há de se levar em conta o perfil e a missão educacional da instituição, bem como seu posicionamento frente aos problemas sociais de seu tempo. (RIBEIRO, 2011, p. 82)

Com efeito, destacam-se as seguintes políticas institucionais: A Política de Extensão da UFT (UFT, 2019) e a Política de Curricularização da UFT (2021). É preciso mencionar que a UFNT, ainda fase de consolidação, segue as políticas institucionais da UFT, até que finalize o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano Pedagógico Institucional (PDI) da nova instituição.

Atualmente, na educação, a extensão

é o berço da pesquisa e do ensino por excelência. Quando um projeto de pesquisa ou um projeto de curso está fortemente vinculado a um programa ou projeto de extensão, as ações passam a ter intencionalidade e geram uma espiral crescente de construção e reconstrução de conhecimento, de processos de ensino e de desenvolvimento de tecnologias sociais transformadoras da realidade onde a universidade está inserida. (PDI, 2021, p. 58)

Devido a globalização, a ciência não tem fronteiras. Sendo assim, segundo o PDI (UFT, 2021, p. 66), “as universidades brasileiras, em especial as federais, devem dialogar e

interagir com suas congêneres em todos os países. Dessa forma, as instituições devem se adequar às novas demandas e aos novos papéis em contextos globais advindos da sociedade do conhecimento.”

Neste cenário, se faz necessário a consolidação da importância da Extensão Universitária. A nível institucional, um componente auxiliador nessa tarefa foi a criação dos Comitês Setoriais de Extensão nos campi da UFT. Uma vez que a existência de uma instância integrante da estrutura organizativa que o “objetivo consiste na geração de políticas voltadas para Extensão Universitária a partir da pluralidade e especificidades das áreas de formação que constituem a Universidade” (PDI, 2021, p. 112) é um grande incentivo rumo ao reconhecimento da extensão como construtora do conhecimento.

Em 2010, no campus de Tocantinópolis, as ações de extensão eram coordenadas por meio de um Grupo de Trabalho (GT) de Extensão. Tal Grupo tinha como objetivo organizar, acompanhar e sistematizar todos os projetos de extensão existentes no campus. Entretanto, no ano de 2018 essa função passou a ser desempenhada pelo Comitê Setorial de Extensão de Tocantinópolis, criado e regulamentado pela Resolução nº08, de 14 de março de 2018. Inicialmente o Comitê era composto apenas por docentes, com representantes dos quatro cursos do campus (Pedagogia, Ciências Sociais, Educação Física e Educação do Campo), e técnicos. Em 2019, alguns discentes de Pedagogia e Educação Física também passaram a compor a equipe. (PEREIRA, 2020)

Os Comitês Setoriais de Extensão correspondem à estrutura da UFT, suas pautas e seus membros se fizeram presentes nas discussões e espaços de transição para a UFNT até a gestão pró-tempore. A exemplo, dos espaços de diálogo sobre a Extensão, ocorreram atividades como "A extensão na UFNT: Rodadas de (Re)conhecimento" ao longo do ano de 2021. Atualmente, há uma proposta de Fórum de Extensão, a qual está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UFNT.

Os espaços de formação sobre a Extensão são fundamentais, devido a necessidade de criação de componentes curriculares em ações extensionistas integrados aos próprios currículos, tendo em vista que todos cursos de graduação deverão incorporar, pelo menos, 10% do total de horas curriculares de formação acadêmica em atividades extensionistas visando cumprir à meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 e da Resolução CNE nº 07 de dezembro de 2018.

Na UFT, ações de extensão são classificadas em três eixos integradores: áreas e linhas temáticas, grupos populacionais e território; e

são consideradas como prioritárias as ações de extensão cujo território demonstre fragilidade econômica, social, educacional, ambiental ou apresente iniquidades em saúde; apresente potenciais para o desenvolvimento local ou regional; e demande de auxílio para articulação e organização de seus agentes sociais e entidades. (PDI, 2021, p. 112)

Levando em conta que a UFT está localizada em um Estado com uma quantidade expressiva de comunidades tradicionais, que produzem e reproduzem os mais diversos saberes, há uma preocupação com o reconhecimento e a potencialização desses saberes tradicionais, sobretudo na política de extensão da UFT. Pois há a necessidade de

possibilitar o ingresso de sujeitos de notórios saberes no ensino, na pesquisa, na extensão na UFT, não enquanto ouvintes, espectadores ou coautores, mas enquanto protagonistas de seus próprios processos culturais e sociais, dotados de saberes profundos, dos saberes adquiridos fora do modelo de educação conhecido como formal. Essa relação entre comunidades tradicionais e universidade será estabelecida, observando o direito à propriedade intelectual e proteção ao patrimônio genético das comunidades. (PDI, 2021, p. 118)

Isso porque eventos de Extensão Universitária são entendidos como “ação que implica na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento, produto cultural, artístico, esportivo, científico/acadêmico, político e tecnológico desenvolvido ou reconhecido pela universidade” (BRASIL, 2018). Sendo assim cabe a Universidade, por meio da extensão, fazer o diálogo de saberes, proporcionando a conexão entre os saberes acadêmicos e populares.

3.3 PROJETOS DE EXTENSÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA UFT/UFNT

Segundo o art. 2º da Resolução Nº 05 de 2020 “Entende-se como extensão universitária o elo entre a universidade e os outros segmentos da sociedade e como público alvo prioritário a sociedade externa” (UFT, 2020). Por isso, o art 5º diz que “A extensão na UFT é instrumentalizadora da articulação entre a teoria e a prática que possibilita a conexão entre os saberes acadêmicos e populares”.

Para Lisboa Filho (2022, p.33) “uma Extensão Universitária forte e qualificada aporta à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que corrobora, também, à soberania do Estado Nacional e ao progresso de seu povo e de suas instituições”. Partindo desse pressuposto, foquemos no caso específico do Curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis.

De acordo com o Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ), entre os

anos de 2019 a 2022, foram apresentadas trinta ações de extensão. Já no Sistema de Gestão de Projetos Universitários (GPU), durante esse mesmo período, constam nove. Apesar da divergência número, todos os projetos realizados ao longo dos anos foram significativos tanto para a comunidade acadêmica quanto para a externa.

Os últimos registros de projetos extensionistas no site do SIGPROJ, referente ao curso de Pedagogia, datam de 2020. O quadro abaixo reúne todos os que foram listados no referido ano:

QUADRO 1 - Projetos de Extensão registrados no SIGPROJ

NOME	COORDENADOR	DATA	LINK
Biblioteca da Cadeia Pública de Tocantinópolis (Cópia) 07/01/2019	Aline Campos	14/01/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=345329
Clube dos livros: obras contemporâneas	Aline Campos	14/01/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=345333
Suporte ao Ensino Superior EaD na Cadeia Pública de Tocantinópolis	Aline Campos	14/01/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=345337
GEPHEA - conexões de Saberes	Lisiane Costa Claro	24/03/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=350651
GATI - Grupo de Apoio a Terceira idade II	Fabiola Andrade Pereira	09/04/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=353835
Libras básico (on-line)	Fabiane Silva Barroso	18/04/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=343204
Clube dos livros e bibliotecas ambulantes: leitura e escrita em tempos de COVID-19	Aline Campos	18/09/2020	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=359689

Fonte: Sistema de Informação e Gestão de Projetos

Já os projetos presentes no site do GPU têm datas mais recentes, são referentes aos anos de 2021 e 2022. O quadro abaixo reúne todos os que estão registrados:

QUADRO 2 - Projetos de Extensão registrados no GPU

NOME	COORDENADOR	DATA	LINK
------	-------------	------	------

O Curso de Pedagogia do Campus Universitário de Tocantinópolis e sua contribuição para a melhoria da Educação na Região Tocantina: Imagens, Memórias e Proposituras.	Lisiane Costa Claro	14/10/2021	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/4337/show
Clube de Leitura Blackout Virtual	Janaina Ribeiro de Rezende	25/11/2021	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/4408/show
DIREITO EM AÇÃO: ESTADO, ECONOMIA E SOCIEDADE EM TOCANTINÓPOLIS — TO	Fabricio Carlos Zanin	08/03/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/4491/show
Brinquedoteca Mário de Andrade: pelo direito ao brincar	Janaina Ribeiro de Rezende	09/05/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/4837/show
O Curso de Pedagogia do CHES de Tocantinópolis e sua contribuição para a Educação na Região Tocantina: Histórias, Imagens e Memórias.	Lisiane Costa Claro	10/05/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/4856/show
Olhares acerca da Educação Ambiental no município de Tocantinópolis/TO: a Escola como propulsora da consciência ambiental	Jéferson Muniz Alves Gracioli	06/06/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/projetoextensao/4873/show
Alfabetização Cartográfica nas escolas municipais de Tocantinópolis/TO	Jéferson Muniz Alves Gracioli	22/08/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/public?id=5247
Aldear a UFNT	Aline Campos	15/10/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/5424/show

Fonte: Sistema de Gestão de Projetos Universitários

Ambas os quadros, apesar de apresentarem projetos de anos diferentes, revelam que os públicos alvos das ações pensadas e efetuadas pelo corpo docente do curso de pedagogia são bem diversificados e perpassam por várias esferas sociais. Uma das temática mais recorrentes vinculadas à extensão no ano de 2020 foi relacionada à Literatura, vários dos projetos tiveram como objetivo promover o hábito da leitura em espaços não escolares como Unidade Prisional e o Clube de Leitura.

Outros espaços de extensão também são destaques na trajetória do curso, como a Brinquedoteca Mário de Andrade. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia a Brinquedoteca é um “laboratório destinado a atividades com caráter lúdico

e artístico, incorporando a diversidade interdisciplinar de acordo com a área de formação de seus participantes.” (PPP, 2007, p. 127). Segundo o SIGPROJ, esse espaço vem sendo utilizado como ambiente que proporciona a vivência de experiências lúdicas que favoreçam o reconhecimento da diversidade e garantam o direito de brincar. O quadro abaixo ilustra a trajetória desse espaço:

QUADRO 3 - Brinquedoteca Mário de Andrade

NOME	COORDENADOR	DATA	LINK
Brinquedoteca Mário de Andrade: a construção da linguagem e o desenvolvimento infantil a partir do lúdico	Arinalda Silva Locatelli	24/11/2011	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=52436
Brinquedoteca Mário de Andrade: ludicidade X formação de leitores	Amanda Fernandes Teixeira Cordeiro	04/04/2012	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=98757
Brinquedoteca Mário de Andrade 2014: ludicidade X formação de leitores	Amanda Fernandes Teixeira Cordeiro	03/07/2014	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=170457
Brinquedoteca Mário de Andrade 2016: ludicidade X formação de leitores	Amanda Fernandes Teixeira Cordeiro	18/05/2016	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=236941
Brinquedoteca Mário de Andrade: o lúdico como auxílio no processo de desenvolvimento e aprendizagem	Leandro Andrade Fernandes	24/04/2017	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=266340
Brinquedoteca Mário de Andrade	Zian Karla Vasconcelos Barros	19/ 11/2018	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=312703
Brinquedoteca Mário de Andrade: o lúdico como auxílio no processo de desenvolvimento e aprendizagem	Zian Karla Vasconcelos Barros	24/10/2019	http://sigproj.ufrj.br/apoiados.php?projeto_id=323929
Brinquedoteca Mário de Andrade: pelo direito ao brincar	Janaina Ribeiro de Rezende	09/05/2022	https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/acao/4837/show

Fonte: Sistema de Informação e Gestão de Projetos

Segundo o PPC (2019, p 156) a extensão universitária foi tornando-se uma prática no Campus ao longo de seus 27 (vinte e sete) anos, tendo seu marco consolidado nos anos

que pertenceu à Universidade do Tocantins - UNITINS, nesta época muitos projetos e ações de extensão universitária foram registrados com bastante relevância. As atividades como eventos científicos e culturais, como simpósios, seminários ou outras atividades realizadas junto aos grupos de pesquisas, são importantes difusores do que foi produzido por meio da extensão. A exemplo,

a Semana Acadêmica, evento que ocorre anualmente e que tem como síntese a integração entre os cursos do Campus, visando colocar em pauta discussões sobre as mais variadas temáticas voltadas à Educação; e a Expom@tec que ocorre anualmente, desde 2016, e quem tem como intuito promover debates a partir de experiências, pesquisas, materiais e atividades, desenvolvidos por graduandos do curso de Pedagogia, demais cursos do Campus e por docentes da Educação Básica, propiciando uma interação entre a comunidade e a universidade, e destes com a ciência em diferentes aspectos. (PPC, 2019, p.157)

Vale ressaltar que em 2019, diferente das edições anteriores, a Semana Acadêmica do curso de Pedagogia foi articulada com a I Mostra de Extensão de Tocantinópolis. O objetivo do evento foi incentivar o engajamento nas pautas sociais do contexto local, de modo a contribuir não apenas para uma formação profissional, mas também cidadã crítica dos estudantes.

Essa articulação entre os diferentes saberes por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão visava encorajar um horizonte dialógico, a serviço da democratização dos conhecimentos. Sendo assim, ao integrar a instituição com a comunidade, os projetos de extensão apresentados revelam o “papel social e o retorno que a universidade é capaz de apresentar para a comunidade na qual está inserida.” (PDI, 2021, p. 134).

A I Mostra de Extensão de Tocantinópolis foi um momento de partilhar práticas e saberes extensionistas, bem como “dar visibilidade à comunidade, divulgar as produções dos projetos, cursos e eventos e ainda permitir a quem não conhece a extensão acadêmica (seja discente ou não) de entrar em contato com ela” (PEREIRA, 2022, p. 124). O evento contou com 13 dos 26 projetos extensionistas realizados no campus na época.

Essa estratégia ajuda a alcançar o que está no Art. 7º do capítulo IV da Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins, que diz que, por meio da política de Extensão da UFT, objetiva-se “consolidar o reconhecimento da Extensão Universitária por parte do Poder Público e da sociedade, como dimensão relevante da atuação universitária, por meio da promoção de diferentes estratégias de comunicação” (UFT, 2020, p. 6).

Ainda sobre as ações realizadas mais recentemente no Curso de Pedagogia de Tocantinópolis, identificamos na obra “Compartilhando Saberes Extensionistas no norte do

Tocantins: as experiências de Tocantinópolis”, publicado em 2020 em organização do Comitê Setorial de Extensão de Tocantinópolis alguns projetos que marcam a História da Extensão Universitária no Curso.

Entre eles estão espaços de Extensão como o Centro de Memória da Educação (CEMED) e o Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico do Campus de Tocantinópolis, coordenados pela professora Francisca Rodrigues Lopes na ocasião; o Grupo de Apoio à pessoa da Terceira Idade (GATI), coordenado pela professora Fabíola Pereira de Andrade; o GEPHEA Conexões de Saberes, coordenado pela professora Lisiane Costa Claro; o Clube dos Livres, coordenado pela professora Aline Campos.

Cumprir destacar que a obra reúne outras experiências vinculadas aos demais cursos do Câmpus, que também recebem extensionistas da Pedagogia, como é o caso do Cineclube, coordenado pelo professor João Batista, do Curso de Ciências Sociais, além de ações e projetos vinculados ao Curso de Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretendeu averiguar se há a presença de projetos de Extensão Universitária no Curso de graduação em Pedagogia, da atual Universidade Federal do Norte do Tocantins, campus de Tocantinópolis, ao longo dos 30 anos. Dado exposto, é evidente que a Extensão tem um espaço de destaque no campus e que os projetos de Extensão promovidos recentemente pelo curso, possibilitam espaços formativos com grande impacto social.

Assim como no ensino e na pesquisa, a Extensão também está voltada para o conhecimento e para a promoção de saberes indispensáveis para a formação profissional e social dos indivíduos. Desta forma, é evidente que a participação dos docentes, discentes e da população tocantinopolina nas atividades extensionistas fomentam a excelência acadêmica e científica, bem como fortalece “a prática da educação superior na região norte, em específico no Estado do Tocantins.” (PPC, 2007)

Visto que um dos objetivos traçados pela Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins é “valorizar e pontuar as ações de extensão de forma igualitária às atividades exercidas em ensino e pesquisa” (UFT, 2020, p.8), os projetos desenvolvidos pelo curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, nos últimos trinta anos, corroboram para o cumprimento dessa meta.

Entretanto, com a pesquisa conseguimos observar que, ao pesquisar nos sites do

SIGPROJ e do GPU identificam-se uma lacuna de dados referentes aos projetos de extensão desenvolvidos pelo curso, uma vez que as informações estão incompletas ou desatualizadas. Consideramos que a atualização destes dados contribuem para a sistematização das experiências que ocorrem no bojo da Extensão e que esta sistematização potencializa ações em torno da formação desde a Extensão.

Portanto, a Universidade deve se preocupar em promover ações extensionistas, mas também precisar se preocupar em como partilhar essas ações com a comunidade interna e externa ao longo dos anos. Uma vez que “a extensão deve influenciar o ensino e a pesquisa e não ficar isolada deles, da universidade como um todo e dos anseios da sociedade” (GADOTTI, 2017, p.2, apud SANTOS JÚNIOR, 2013).

A temática estudada aqui abre um campo amplo de aprofundamento, pois surgiram muitas informações valiosas ao longo do percurso. Nesse sentido, uma das principais dificuldades na escrita deste trabalho foi fazer a seleção dessas informações, uma vez que há vários marcos históricos significativos referente ao tema. Logo, entendemos ser possível extrair diversos temas secundários a esta pesquisa a partir de que foi tecido até aqui, tanto se tratando da Extensão de modo geral, quanto às realizadas no curso de Pedagogia do campus de Tocantinópolis. Cada projeto realizado ao longo dos trinta anos de curso contém um leque de possibilidades a serem exploradas.

Finalizando sem concluir, essas considerações nos permitem esboçar que a trajetória de luta da Extensão Universitária deve ser um assunto debatido sempre nos espaços acadêmicos e também fora deles, uma vez que é através do diálogo que o ser humano pode transformar a realidade. E não queremos sofrer mais retrocesso na educação pela desinformação, queremos avançar rumo a uma sociedade cada vez mais democrática.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A.B.; GADOTTI, M.; PADILHA, P.R. **Reinventara universidade a partir da extensão universitária**. In: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). Reiventando Paulo Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire. Instituto Paulo Freire, Lemann Center, Stanford Graduate School of Education, 2018.

ARAÚJO, Orseni Pequeno. **A redemocratização brasileira e o papel da extensão universitária na democratização do conhecimento acadêmico**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE MAPA, 3.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA EDUCACIONAL E EMANCIPAÇÃO, 1., 21-23 nov. 2018, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Unoesc, 2018. p. 133-140. Tema: As relações entre Estado, Sociedade e Educação.

ASSUMPCÃO, Raiane (org), 2009. **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino; LEONARDI, Fabricio Leonardi. **Educação popular na universidade, uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências, a partir do PET (Programa de Educação Tutorial) educação popular da UNIFESP Baixada Santista**. In: Revista E Currículum , v. 14, n. 02, p. 437 462 abr./jun.2016. São Paulo: PUC SP. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27448> >. Acesso em: 09 de Maio de 2022.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

BERNARDES, Marco Aurelio; PELARIN, André Luiz; SILVA, Luciane Duarte da. **Indicadores e parâmetros para a estrutura da extensão universitária em uma IES**. In: Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações. João Gremmelmaier Candido e Luciane Duarte da Silva (org). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Universidade e Multiversidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. **Decreto-lei nº 62.927 de 28 de junho de 1968** – Dispõe sobre o grupo de trabalho do Projeto Rondon.

_____. **Decreto-lei 916 de 8 de outubro de 1969** – Cria a comissão incentivadora dos Centros rurais universitários de treinamento e ação comunitária CINCRUTAC e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010** – Dispõe sobre “dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária”, estabeleceu as diretrizes básicas e critérios técnicos para a distribuição de recursos orçamentários no âmbito das universidades federais.

_____. **Decreto-lei nº 67.505, de 6 de novembro de 1970** – Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. BRASIL. Planejamento setorial – projetos prioritários 1970/1973. Brasília: MEC, 1970.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Brasília, DF. Congresso Nacional, 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm >. Acesso em: 09 de jan. de 2023.

_____. **Lei Federal 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25.

_____. BRASIL. **Reforma universitária: avaliação da implantação** – Universidade Federais. Salvador: UFBA – ISP/ MEC – DAU, 1975.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001

FIGUEIREDO, N.M.A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FORPROEX - Fórum De Pró-Reitores De Extensão Das Instituições De Educação Superior Públicas Brasileiras Plano Nacional De Extensão Universitária. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012.

FORPROEX. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987**. In: GARRAFA, Volnei. Extensão: a universidade construindo saber e cidadania; Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed. UnB, 1989

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra. 34th Ed. São Paulo; 2011.

FREIRE, Paulo.. **Extensão e comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: < <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que> > Acesso em: 15 maio. 2022.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar** . Rio de Janeiro: Record, 1997.

I FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf> >. Acesso em: 07 de Jan de 2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2020: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de

Janeiro, 2020. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2023.

Jornal Universitário. Ago. Ano I. 1967 – Ago. Ano VIII. 1975. Memorial Denis Bernardes.

LISBOA FILHO, Flavio Ferreira. **Extensão universitária:** gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2022.

LOCATELLI, Arinalda Silva; LOCATELLI, Cleomar; PEREIRA, Fabíola Andrade; LOPES, Francisca R.; FILHO, Francisco Gonsalves; ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz G. In: (orgs). **O Curso de pedagogia no norte do Tocantins:** história, memória e reflexões. Goiânia - GO, Ed. da PUC Goiás, 2011.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. **UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO ÂMBITO DA AMÉRICA LATINA:** O INTERCÂMBIO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO. 2010. Disponível em: < <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96860> >. Acesso em: 07 de Jan. de 2023.

MAZZILLI, Sueli. **Ensino, pesquisa e extensão:** reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S. l.], v. 27, n. 2, 2011. DOI: 10.21573/vol27n22011.24770. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/24770>. Acesso em: 9 jan. 2023

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, C. L. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa:** tipos, técnicas e características. Travessias , v. 2, n. 3, 2008.

PEREIRA, Fabíola Andrade. (Org.) **Compartilhando saberes extensionistas no Norte do Tocantins:** as experiências de Tocantinópolis / Fabíola Andrade Pereira; Jéferson Muniz Alves Gracioli – Palmas, TO: EDUFT, 2020.

PEREIRA, Fabiola Andrade. **A educação de pessoas jovens e adultos e a cidadania no campo: um olhar sobre o PRONERA no norte do Tocantins.** 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online].** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: < <http://books.scielo.org> >. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Wagner Pires da. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção.** Revista Extensão & Sociedade, [S.l.], v.11, n.2, 2020. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491> >. Acesso em: 12 set. 2022.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.**

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020. **Dispõe sobre a aprovação ad referendum da Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.**

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **A Extensão Universitária como indicativo de responsabilidade social.** Revista Diálogos: Pesquisa em Extensão Universitária. Brasília, v.15, n.1, pg. 81-88, jul 2011.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: COMUNICAÇÃO OU DOMESTICAÇÃO?** Educação em Debate, Fort. 6/7 (2/1): jul/dez. 1983 jan/jun 1984

SÁ, Rosinete Lima da Silva. **A HISTÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS EM SEUS 30 ANOS.** Monografia - Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins. Tocantinópolis, p. 73. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade.** São Paulo: Cortez, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Wagner Pires da. **As ações de extensão na construção de uma universidade sertaneja**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, Thatielle Alves da,. **História, imagens e memória do curso de Pedagogia e do Campus de Tocantinópolis: 1990 a 2015** . Monografia de Graduação. UFT, Campus de Tocantinópolis, 2018.

SOUSA, Juliane G., SANTOS, Jocyleia S., PINHO, M. José. **História e memória no contexto de federalização UNITINS/UFT: A luta por uma instituição pública gratuita no norte do Tocantins**. Revista Outras Fronteira, Cuiabá - MT, vol.3, n.1, jan/jun., 2016.

SOUZA, J. G. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares**. Revista de Educação PUC-Campinas , n. 1, 2012.

TORRES, Rosa Maria (org). 1987. **Educação popular: um encontro com Paulo Freire**. São Paulo: Loyola.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução N° 38, de 23 de abril de 2021 – CONSUNI/UFT**. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025. Disponível em: <
<https://docs.uft.edu.br/share/s/sKsEv0W1TiuGn7b0HT1Q2Q>>. Acesso em: 05 de jan 2023

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia Semestral (PPC)**, 1999.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (PPC)**, 2005.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia** (PPC), 2007.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso Normal Superior - Educação Infantil** (PPC), 2000.

UFT/Campus de Tocantinópolis. **Projeto Pedagógico do Curso Normal Superior - Educação Infantil e Ensino Fundamental** (PPC), 2000.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Projeto Rondon e Centro rural universitário de treinamento e ação comunitária**: extensão universitária em tempos de ditadura militar. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília: Universidade de Brasília.